

PREÇOS

Análise Famílias com menores rendimentos enfrentam uma inflação superior à oficial. Escalada dos preços tem consequências muito assimétricas, que podem não ser captadas pelos indicadores oficiais

Inflação agrava desigualdades

Textos **SÓNIA M. LOURENÇO**
Infografias **CARLOS ESTEVES**

Pela primeira vez em quase um ano, a inflação em Portugal interrompeu a tendência de aceleração. Com os produtos energéticos a darem uma (pequena) trégua, a variação homóloga do Índice de

Preços no Consumidor (IPC) abrandou ligeiramente em agosto, para 9%, o que se compara com 9,1% em julho. Mas os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) servem de pouco consolo às famílias. A inflação está em níveis que não eram vistos no país há quase três décadas e, apesar da “enorme incerteza”, Paula Carvalho, economista-chefe do BPI, antecipa que “ainda não atingimos o pico”. Além disso, os preços dos produtos alimentares continuam a acelerar.

Com os salários a não acompanharem a inflação (ver texto ao lado), perdendo poder de compra, e os bens essenciais entre os preços que mais sobem, as famílias de menores rendimentos são as mais penalizadas. Mas a classe média também sofre. “A inflação tem efeitos pesados sobre as famílias, que se repercutem de forma desigual ao longo da distribuição de rendimentos. Temos efeitos muito fortes nas famílias mais pobres, mas também efeitos nas famílias de classe média e média baixa”, destaca Carlos Farinha Rodrigues, professor do ISEG, vincando que a escalada dos preços “tem consequências profundamente desiguais”.

Explicação? Há vários fatores a ter em conta, mas um dos mais importantes passa pelos padrões diferenciados de consumo das famílias, consoante o seu nível de rendimento. Para calcular a inflação (ver texto ao lado), o INE considera como referência um cabaz de consumo “médio”, a partir dos dados do Inquérito à Despesa das Famílias (IDEF). Só que os dados desse inquérito permitem concluir que “o peso do consumo de bens essenciais, como alimentação e energia, no consumo total é muito superior nas famílias mais pobres”, salienta Susana Peralta, professora da Nova SBE e coautora do estudo “Despesas Essenciais e Rendimento das Famílias: Efeitos Assimétricos da Inflação”.

Por exemplo, em 2015/2016 — anos a que se refere o último inquérito disponível —, os produtos alimentares (incluindo bebidas não alcoólicas) representavam 19,6% da despesa total dos 20% com menores rendimentos no país. Já no caso das famílias nos 20% com maiores rendimentos, esse peso era de 11%, sendo a média de 14,3%. O mesmo acontece com as despesas em “habitação, água, elétrica-

dade, gás e outros combustíveis”, que representavam 35,1% da despesa total das famílias que se encontravam entre as 20% mais pobres, por contraponto a 29,6% no caso das 20% com maiores rendimentos. A média era de 31,9%.

Como a energia e os produtos alimentares contam-se entre os preços que mais têm subido — as variações homólogas em julho mostram-no com clareza (ver gráficos), já que ainda não há dados detalhados de agosto —, isto significa que “as famílias mais pobres estão a enfrentar uma taxa de inflação mais alta do que o valor publicado pelo INE, porque o peso dos bens essenciais no seu cabaz de consumo é superior ao que têm no cabaz médio considerado pelo INE no cálculo do IPC”, enfatiza Susana Peralta.

Uma situação transversal à da Europa. O estudo “Surging Energy Prices in Europe in the Aftermath of the War: How to Support the Vulnerable and Speed up the Transition Away from Fossil Fuels”, do Fundo Monetário Internacional, mostra que, na maioria dos países europeus, preços da energia mais altos impõem um fardo ainda maior nas famílias com baixos rendimentos, porque estas gastam uma fatia maior do seu orçamento em eletricidade e gás (ver gráficos).

Pedro Brinca, professor da Nova SBE, aponta no mesmo sentido, lembrando que o peso de cada categoria de bens e serviços no cálculo da inflação “é função dos dados agregados de consumo, ou seja, as famílias com mais meios e que consequentemente gastam mais em consumo têm um peso desproporcional”, afirma. E vincando: “Há estudos que mostram que, por esta via, a inflação a que de facto estão expostas as famílias mais carenciadas é sistematicamente mais elevada. Isto vê-se claramente, por exemplo, no estudo da Deco, que desde fevereiro tem seguido os preços de um cabaz de bens essenciais e cujo crescimento dos preços foi bastante mais elevado do que a taxa de inflação agregada.”

Mais pobres sem margem

Susana Peralta é taxativa: “Os dados do IDEF mostram de maneira evidente que a inflação provoca desigualdade.” Carlos Farinha Rodrigues não tem dúvidas de que “a subida dos preços nos produtos alimentares e na habitação — onde se inclui a energia — é terrível para as famílias com menos rendimentos”. Acresce que “as famílias mais ricas têm margem de ajustamento. Podem cortar nas despesas não essenciais ou diminuir a poupança. Os mais pobres não têm essa margem”, aponta Susana Peralta, defendendo “a importância de as políticas públicas do lado das famílias se centrarem nos mais carenciados”. Também Farinha Rodrigues salienta



BENS ESSENCIAIS ENTRE OS PREÇOS QUE MAIS SOBEM

Variação homóloga do IPC em julho de 2022 por consumo individual por objetivo. em percentagem (e peso no cabaz de consumo de referência em 2022, em percentagem)



FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

que “o impacto nas famílias vai depender do tipo de medidas que o Governo adotar”, salientando que “temos de ter alguma forma de apoios, seja pela via fiscal ou de transferências”.

A inflação afeta de forma desproporcional as famílias mais desfavorecidas de outras formas. “As pessoas com rendimentos mais baixos têm um po-

O PESO DOS BENS ESSENCIAIS NO CABAZ DE CONSUMO DAS FAMÍLIAS MAIS POBRES É SUPERIOR AO DO CABAZ MÉDIO

der de negociação salarial tipicamente mais baixo, pelo que têm muito mais dificuldade em mitigar as perdas de valor real dos salários”, salienta Pedro Brinca. Por outro lado, “também tendem a ter níveis de instrução mais baixos, o que num país que está na cauda da Europa (também) em termos de literacia financeira significa que estão muito pouco preparados e/ou informados sobre estratégias que possam adotar para mitigar os efeitos da inflação”, vinca o economista.

Quanto à classe média, também sente os efeitos da inflação. Aqui, uma das principais questões prende-se com o aumento dos encargos financeiros com crédito à habitação, por causa da subida dos juros na sequência do endurecimento da política monetária do Banco Central Europeu para travar a inflação (ver gráfico), bem como a subida das rendas de casa. “Isto afeta especialmente a classe média e média

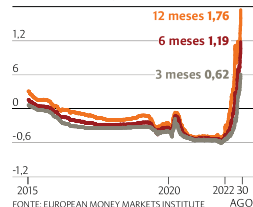
INFLAÇÃO EM PORTUGAL NO VALOR MAIS ALTO DESDE 1992

Taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor, em percentagem



TAXAS DE JURO EURIBOR CONTINUAM A SUBIR

Valores em percentagem



baixa”, considera Carlos Farinha Rodrigues. Ainda assim, “em geral, as famílias com empréstimos à habitação são menos necessitadas, e o aumento dos juros ainda é contido”, aponta, por sua vez, Ricardo Paes Mamede, professor do ISCTE-IUL, reconhecendo que “a continuar poderá revelar-se um problema relevante”.

O IMPACTO DA INFLAÇÃO SOBRE AS FAMÍLIAS VAI DEPENDER DO TIPO DE MEDIDAS E APOIOS QUE O GOVERNO ADOTAR

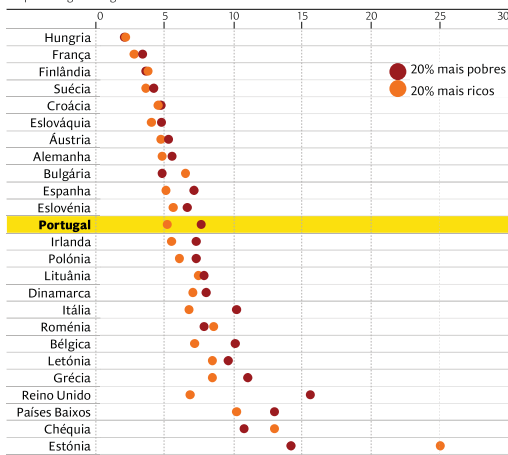


Os preços dos bens essenciais, como os produtos alimentares, estão entre os que mais estão a subir

FOTO NIUNO FOX

PAÍSES MAIS POBRES SOB PRESSÃO

Aumento do custo de vida em resultado de preços da energia mais elevados, em percentagem dos gastos totais das famílias



FONTE: ESTUDO "SURGING ENERGY PRICES IN EUROPE IN THE AFTERMATH OF THE WAR: HOW TO SUPPORT THE VULNERABLE AND SPEED UP THE TRANSITION AWAY FROM FOSSIL FUELS"; DO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

Para Paes Mamede, as famílias mais penalizadas pela inflação "são as que não têm rendimentos assegurados (em particular, por efeito do desemprego) e as que têm rendimentos fixos (trabalhadores por conta de outrem e pensionistas)". É certo que "alguns destes segmentos beneficiam de alguns apoios sociais, mas são em geral insuficientes para compensar a perda de poder de compra e deixam de fora pessoas que têm rendimentos muito baixos, mas acima do limiar dos apoios", nota o economista, apontando que "a redução do desemprego (em particular entre os mais jovens) é uma notícia positiva, no meio de más notícias".

Indicadores 'cegos'

Ainda não há indicadores disponíveis que mostrem o agravamento da desigualdade por causa da inflação. Os últimos referem-se a 2020. Mas, quan-

do forem publicados, podem nada mostrar. O alerta é dado por Carlos Farinha Rodrigues: "Pode haver elevada inflação, com consequências profundamente desiguais nas famílias, sem haver alterações nos indicadores oficiais de pobreza e desigualdade (como o índice de Gini ou os rácios S80/S20, ou S90/S10), se não houver alterações na distribuição de rendimentos em termos nominais".

"Podemos ter forte deterioração das condições de vida, as pessoas estarem muito pior do que antes, e os indicadores de pobreza e desigualdade não o refletirem", reforça Farinha Rodrigues. Isto porque "as estatísticas oficiais baseiam-se nos rendimentos, medidos em termos nominais, e não captam esses efeitos". É nos indicadores de privação material que "os impactos da inflação vão surgir de certeza", remata o economista.

slourenco@expresso.imprensa.pt

Sabe como se calcula a inflação?

O INE recolhe muitos milhares de preços no cálculo do Índice de Preços no Consumidor. Mas há problemas na medição da inflação

São perto de 120 mil os preços recolhidos todos os meses por 140 entrevistadores do Instituto Nacional de Estatística (INE) em cerca de 12.500 estabelecimentos por todo o país, abrangendo um cabaz de bens e serviços com mais de 1300 artigos, para apurar o Índice de Preços no Consumidor (IPC), o indicador de referência para medir a inflação em Portugal. Além disso, o INE reúne preços *online* para incluir no IPC, preços para pacotes turísticos, viagens aéreas e hotéis, entre outros bens e serviços. Já a recolha automatizada de dados *online* permite obter os preços de grandes cadeias de artigos de mobiliário, de telemóveis, de vestuário e de calçado. Por fim, são usadas fontes administrativas para os preços dos combustíveis, dos medicamentos e das rendas de habitação.

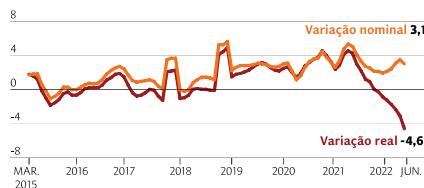
O problema das médias

O objetivo é claro: garantir representatividade no cálculo da inflação. Contudo, essa medição padece de problemas. Em particular, o IPC não é um bom indicador para analisar como a evolução dos preços afeta diferentes grupos sociais e famílias. A explicação é simples. No cálculo do índice, os bens e serviços são ponderados pela sua importância relativa na despesa das famílias com base no Inquérito às Despesas das Famílias (IDF) que o INE realiza a cada cinco anos. O último, publicado em 2017 — com referência a 2015/2016 —, foi a base para construir o cabaz médio de consumo que serve de referência ao INE (com atualizações anuais). Só que os padrões de consumo das famílias são diferentes consoante o nível de rendimento. Por isso Ricardo Paes Mamede, professor do ISCTE-IUL, defende "a necessidade de produzir índices de preços distintos para diferentes grupos da população, em particular em função dos rendimentos das famílias". E destaca: "Seria muito importante, porque as médias são de pouca utilidade para o desenho de políticas públicas eficazes".

Paula Carvalho, economista-chefe do BPI, levanta outra questão: "Alguns dos *inputs* de base são antigos, casos do IDF e do recenseamento da habitação de 2011, e deveriam ser atualizados com maior regularidade." Já Pedro Brinca, professor da Nova SBE, aponta problemas clássicos das medidas de inflação, como "não captarem mudanças nas qualidades dos bens — um aumento de preço pode ser considerado inflação quando na realidade reflete uma melhoria do produto ou mais funcionalidades — ou terem alguma inércia relativamente a mudanças de padrões de consumo, especialmente na introdução de novos bens ou serviços". Por fim, o IPC não tem em conta o custo da habitação própria — apenas as rendas pagas —, questão que o Banco Central Europeu colocou em cima da mesa na sua revisão estratégica.

HÁ MAIS DE SETE ANOS QUE OS SALÁRIOS REAIS NÃO CAÍAM TANTO

Variação homóloga da remuneração bruta total mensal média por trabalhador, em %



FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Salários vão continuar a perder poder de compra

Economistas antecipam que aumentos salariais irão manter-se aquém da inflação, levando a quedas em termos reais

Depois de ter sofrido a maior queda em termos reais em, pelo menos, sete anos, o salário médio em Portugal deve continuar a evoluir abaixo da inflação, ou seja, continuar a perder poder de compra, antecipam os economistas ouvidos pelo Expresso.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), no segundo trimestre a remuneração bruta total mensal média por trabalhador subiu 3,1% em termos nominais face ao mesmo período de 2021. Um valor muito abaixo da inflação. Como resultado, em termos reais, caiu 4,6%. O que explica esta evolução, numa altura em que a taxa de desemprego está historicamente baixa — recuou para 5,7% no segundo trimestre — e o emprego em máximos?

Expectativas de inflação baixas a longo prazo

A escalada dos preços no último ano tem levantado uma grande preocupação ao Banco Central Europeu: a descolagem das expectativas de inflação futura do valor de referência dos 2%. A questão é crucial, porque são essas expectativas que guiam as decisões de consumo das famílias, os preços praticados pelas empresas e as reivindicações salariais dos trabalhadores, contribuindo — ou não — para controlar a inflação. Há várias formas de as medir, como inquéritos a analistas e consumidores e informação dos mercados financeiros. O que nos dizem é que "as expectativas de inflação de curto prazo são muito elevadas. Mas as de médio e longo prazo continuam relativamente baixas, ainda que acima dos 2%", salienta Sandra Maximiano, professora do ISEG. "As pessoas ainda acreditam que esta inflação elevada resulta de fatores extraordinários e é temporária", falando num "pau de dois bicos, já que, se as expectativas forem baixas, o consumo não arrefece, mas se forem elevadas há maiores reivindicações salariais". E considera que o BCE "não tem feito um mau trabalho na gestão das expectativas".

João Cerejeira, professor da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, aponta que "as empresas estão pressionadas pelo aumento dos custos, limitando a margem para aumentar salários". É continua: "Como a inflação está a ser induzida sobretudo por choques da oferta, significa menor procura de trabalhadores e menor pressão em alta dos salários." Acresce a existência de "limitações à concorrência na contratação de trabalhadores", que "leva a menores aumentos", bem como "a contenção salarial na Administração Pública".

Já Pedro Brinca, professor da Nova SBE, fala em "surpresa": "Em abril, o Orçamento do Estado previa uma subida dos salários da Função Pública de 0,9% e uma inflação de 4%. Pensei que seria o princípio do fim da relativa paz social no país." Só que "observa-se uma inflação bastante superior e não se tem visto um aumento acentuado dos movimentos sindicais, ou, pelo menos, consequências significativas das suas reivindicações". Alertando que apenas agora "se começarão a sentir de forma mais pronunciada os efeitos das subidas dos juros e da inflação acumulada", o economista antecipa "um fim de 2022 atribulado". A tendência salarial "deve manter-se ascendente", diz Paula Carvalho, economista-chefe do BPI. Mas as expectativas de inflação de médio e longo prazo permanecem controladas, o que diminui a pressão das reivindicações (ver caixa).

Para João Cerejeira, a contenção salarial irá manter-se. No Estado, "vai aumentar a pressão dos sindicatos, mas penso que os aumentos vão ficar muito aquém da inflação, o que significa quedas em termos reais". Quanto ao setor privado, "a perspectiva de abrandamento ou mesmo recessão na sequência da subida dos juros deve levar a menor procura de trabalhadores e menor pressão para aumentar salários".

Para Ricardo Paes Mamede, professor do ISCTE-IUL, "tirando alguns perfis específicos, onde a procura é muito elevada para a oferta existente, os salários tenderão a crescer muito abaixo da inflação, em geral abaixo de 2%. Isto deve-se à fraca capacidade negocial dos trabalhadores, ao aumento muito reduzido dos salários da Função Pública (que servem de referência para o setor privado) e às dificuldades de muitas empresas mais expostas à concorrência internacional de aumentarem os custos sem porem em causa a viabilidade do negócio".

TURISMO

Vila Galé confirma mais investimentos no Brasil “com ou sem crise”

Grupo português anuncia três novos projetos no Ceará para 2023 e analisa mais oportunidades no Nordeste



FOTODI.

A Vila Galé inaugurou um resort com 517 quartos em Maceió, dedicado ao tema da literatura. “Estamos no Brasil de pedra e cal”, garante o proprietário, Jorge Rebelo de Almeida (em baixo)

Textos **CONCEIÇÃO ANTUNES**
em Maceió, Brasil

“O nosso negócio no Brasil vai continuar, com crise ou sem crise. Estamos neste país de pedra e cal há mais de 20 anos, não somos especuladores”, garantiu Jorge Rebelo de Almeida, presidente da Vila Galé, durante a inauguração do novo hotel do grupo em Maceió, no Estado brasileiro de Alagoas.

O grupo português mantém a posição de nº 1 no Brasil enquanto operador de resorts, e a abertura da Vila Galé Alagoas, com 513 quartos e envolvendo investimentos de 150 milhões de reais (cerca de €30 milhões), veio reforçar a sua liderança em destinos de praia na região do Nordeste, tendo sido realizado durante o período da pandemia.

“Demos o litro, demos o sangue para este projeto não falhar, e acredito que irá correr muito bem”, frisou Rebelo de Almeida. “A segurança do Estado de Alagoas melhorou muito nos últimos anos, e foi uma das razões por que escolhemos esta localização, a par das suas praias, que são fantásticas.”

O novo resort em Maceió, em frente à Praia do Carro Quebrado, representa o 10º hotel da Vila Galé no Brasil (cujo portefólio total ascende a 37 hotéis, localizando-se as restantes 27 unidades em Portugal) e o investimento no ‘país-irmão’ irá continuar a um ritmo aquecido. Na cerimónia de inauguração do Vila Galé Alagoas, que decorreu a 27 de agosto, o presidente do grupo destacou três novos projetos a abrir em 2023 no Estado do Ceará, incluindo o hotel Vila Galé Sunset Collection, com

130 quartos, em Cumbuco, envolvendo investimentos de 65 milhões de reais (cerca de €13 milhões). Na vasta propriedade em Cumbuco, com 400 hectares em frente à praia onde a Vila Galé já tem um resort, o grupo projeta desenvolver o condomínio Água Marinha, a par de um outro, com 300 casas e um lago artificial, que funcionará “num misto de componente residencial e de turismo”. Na calha está também a criação de um novo hotel integrado em cada um dos resorts da Vila Galé no Estado da Bahia e em Touros, no Rio Grande do Norte.

Durante a inauguração em Alagoas, o executivo da Vila Galé também assinou um protocolo com o Governo do Maranhão para desenvolver um hotel num palacete do centro

histórico de São Luís, capital do Estado, cidade com fortes tradições portuguesas, particularmente visíveis nos azulejos. “Recuperar património histórico é um prazer máximo”, afirmou Jorge Rebelo de Almeida. “Os nossos planos incluem fazer mais um grande resort no Nordeste, onde andamos a ver várias localizações, ou também na região de Gramado.”

Eleições brasileiras à porta

Em 2021, as receitas da Vila Galé no Brasil cifraram-se em 325 milhões de reais (cerca de €65 milhões), 15% abaixo do ano pré-pandemia mas acima da faturação de €59 milhões obtida pelo grupo em Portugal, que no ano passado ficou 50% aquém dos valores de 2019.

Para 2022, a perspetiva do grupo é faturar €125 milhões em Portugal e 450 milhões de reais no Brasil (cerca de €90 milhões ao câmbio atual).

“Temos crescido a este ritmo porque reinvestimos tudo o que ganhamos a fazer novos projetos”, explicou o presidente da Vila Galé, frisando que “temos de aprender no Brasil a viver com a inflação, que em Portugal também é preocupante e já está nos 9%”.

E o Brasil também será palco de eleições a 2 de outubro, que podem trazer uma reviravolta no panorama político. “Independentemente das nossas preferências pessoais, estamos com investimentos grandes no Brasil, que vamos continuar a fazer seja qual for o desfecho eleitoral. Nós não podemos tomar partido, é o

povo brasileiro que vai escolher”, sublinhou.

Face à polarização que se vive entre os apoiantes de Bolsonaro e de Lula da Silva, o empresário português sustenta que “seria importante para o Brasil não haver uma radicalização tão grande, esta eleição é uma incógnita, ninguém sabe no que vai dar, mas nós já passámos por várias situações neste país”. O reforço do transporte aéreo inclui-se entre os pontos que considera mais importantes, já que a nível político “nunca ninguém no Brasil deu a importância ao turismo que o sector merece”.

Grupo de olho em Cuba

O grupo português, até à data focado em Portugal e no Brasil, vai, durante a próxima semana, a Cuba, numa visita a Havana, Varadero e à zona dos Cayos, com o objetivo de analisar projetos. “Fomos convidados pelo Governo de Cuba a fazer a exploração de três hotéis. É um país que eu conheço relativamente bem, e estive lá há 12 anos, com o então Presidente Jorge Sampaio, num jantar muito interessante com o Fidel Castro”, adiantou Jorge Rebelo de Almeida.

Portugal continua a ser uma aposta forte para a expansão da Vila Galé, que em 2023 irá inaugurar hotéis em Tomar, Ponta Delgada e no Alentejo. “Vamos fazer um hotel com adegas em Ponte de Lima, andamos a ver oportunidades em Aveiro e Miranda do Douro”, enumera o executivo. “Portugal precisa muito de investimento no interior, e tem tantas regiões lindas!”

cantunes@expresso.impresa.pt
O Expresso viajou a convite da Vila Galé

TRANSPORTE AÉREO

“O Brasil não pode depender só da TAP”

Para a Vila Galé, as acessibilidades aéreas são um dos fatores mais críticos. “O Brasil tem um potencial turístico que poucos países no mundo têm, precisa é de captar mais clientes externos, e não pode estar dependente da TAP”, frisou Jorge Rebelo de Almeida, lembrando que também no caso dos voos internos “o preço é alto e a qualidade baixa”, tendo a recente subida das passagens aéreas gerado uma quebra de clientes brasileiros nos hotéis do grupo, mercado que pesa mais de 90% da operação. “O Brasil precisava de melhorar muito o transporte aéreo interno e negociar a entrada de grandes low cost da Europa, como a Easyjet ou a Ryanair”, sustenta. No que se refere à captação de mercado português para o Brasil, as perspetivas estão aquecidas, tendo os operadores turísticos nacionais organizado cinco voos charter para a passagem de ano cujo alojamento assenta muito em hotéis Vila Galé. Para o réveillon preparam-se três aviões charter, do Porto para Salvador e Maceió, e um tripartido Lisboa-Maceió-Salvador (dos operadores Solférias, Exótico e Sonhando), a que se somam dois voos de Lisboa a Salvador (da Soltrópico e da Abreu).

Fundação do grupo a caminho

A Vila Galé prepara a criação de uma fundação, que irá abrir primeiro em Portugal, já em 2022, e no próximo ano no Brasil, segundo anunciou o presidente do grupo, Jorge Rebelo de Almeida, durante a inauguração do hotel em Maceió, no Estado brasileiro de Alagoas. A Fundação Vila Galé vai ter programas na área da habitação, educação ou ajuda alimentar, destinando-se a apoiar colaboradores do grupo hoteleiro em situações que envolvem compra ou arrendamento de casa e que se estendem a bolsas para os filhos poderem estudar em escolas ou universidades, além de bolsas nas áreas da



cultura e do desporto. Os atuais programas sociais do grupo serão transferidos para a Fundação Vila Galé, onde as pessoas se poderão candidatar aos diferentes programas.

privilegiando-se como alvo dos apoios os trabalhadores mais desfavorecidos. O grupo hoteleiro conta com cerca de 3500 pessoas a trabalhar no Brasil, a que se somam 1800 em Portugal, e para este vasto contingente laboral não faltam casos em que os apoios sociais se perfilam relevantes. No caso do resort que a Vila Galé abriu em Maceió, dos seus 300 funcionários 80% referem-se a locais recrutados do município de Barra de Santo António, muitos dos quais se dedicavam anteriormente à pesca, nunca tinham tido um emprego e nem sequer tinham conta bancária.